(IN)**SEGURANÇA PÚBLICA** : SISTEMA PRISIONAL

## Empresa de 'laranja' foi contratada para obra em prisão de Mossoró

\_\_\_ Dono no papel recebeu auxílio emergencial; pasta da Justiça diz que fará apuração rigorosa

VINÍCIUS VALFRÉ TÁCIO LORRAN ANDRÉ SHALDERS BRASÍLIA

O governo federal contratou uma empresa em nome de um "laranja" para fazer obras dentro do presídio federal em Mossoró (RN), de onde dois presos ligados ao Comando Vermelho fugiram no último dia 14. A companhia tem faturamento anual de R\$ 195 milhões, mas o dono, no papel, é um beneficiário do auxílio emergencial que mora na periferia de Brasília.

O contrato foi assinado em abril de 2022, na gestão de Anderson Torres no Ministério da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL), e prorrogado em abril de 2023, na gestão de Flávio Dino, do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Uma das suspeitas investigadas é a de que uma obra de manutenção teria facilitado a fuga dos criminosos – a primeira na história dos presídios federais do País, considerados de segurança máxima. Rogério da Silva Mendonça, conhecido como Tatu, e Deibson Cabral Nascimento, o Deisinho, ainda não haviam sido recapturados até ontem, quando as buscas entraram no 8.º dia.



Casa no bairro Riacho Fundo é endereço do sócio-proprietário da R7

Em nota, o Ministério da Justiça informou que acionará "os órgãos competentes federatos para que seja realizada rigorosa apuração referente à lisura da empresa citada".

A empresa em questão é a R7 Facilities, sediada em Brasília. Ela foi contratada para obras de manutenção no presídio de Mossoró por R\$ 1,7 milhão e informou, em balanços de 2023, ter R\$ 353 milhões em contratos ativos com os setores público e privado. O sócioadministrador, porém, é um técnico de contabilidade que recebeu 12 parcelas do auxílio emergencial, benefício a cidadãos em vulnerabilidade financeira na pandemia da covid-19. Gildenilson Braz Torres, de 47 anos, tem como endereço uma casa simples no Riacho Fundo, periferia do Distrito Federal, e não soube dar informações sobre a operação da empresa.

**ENDIVIDADO.** O histórico de Torres não bate com o de um

empresário vencedor de contratos milionários. Ele é cobrado na Justiça pelo governo do Distrito Federal por não pagar uma dívida de R\$ 8.338,10, referente a parcelas de 2017 a 2020 de um imposto sobre serviços autônomos. Em fevereiro de 2022, um juiz determinou o bloqueio de bens, mas só foram encontrados R\$ 523,64 nas contas dele.

Torres afirma ter um escritório de contabilidade no Núcleo Bandeirante, também na periferia de Brasilia. No endereço, há uma placa em que ele se apresenta como o responsável pela empresa "Mega Batatas". Não há qualquer menção à R7 no prédio nem nas redes sociais dele. Ao Estadão, Torres disse ter CEO, diretores e outros empreendimentos, mas que não podia dar informações sobre eles, e desligou telefone logo após a reportagem insistir em mais detalhes.

"Cara, tipo assim, 'tá' rolando uns negócio s aí do contrato que a gente tem terceirizado de Mossoró. É sobre isso? Tenho de conversar com meu advogado. Não posso falar nada sem conversar com ele. Qualquer coisinha, pego seu número e entro em contato", disse.

A reportagem também esteve no endereço que Gil, como éconhecido, informa como residencial, no Riacho Fundo. Ele não estava. O concunhado dele mora no local e disse desconhecer o vínculo de Torres com uma empresa milionária. "Se fosse verdade, ele não estaria andando com o carro velho em que ele anda."

Torres virou sócio-administrador da R7 em fevereiro de 2023. Dois meses depois, ele assinou o aditivo com o Ministério da Justiça, por meio da Se-

## Sócio-proprietário Torres é cobrado por dívida

de R\$ 8.338,10. Bloqueio de bens encontrou em suas contas R\$ 523,64 em 2022

cretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), para as obras em Mossoró. Antes, desde janeiro de 2021, a companhia estava em nome do bombeiro civil Wesley Fernandes Camilo, que assinou o contra-to em 2022. Hoje, Camilo é brigadista em um hospital particular de Brasília e afirmou ter renda mensal de R\$4 mil. Mesmo assim, alegou estar satisfeito por ter repassado a empresa de balanço milionário da qual aparecia como único dono. Ele mora numa casa em Ceilândia, uma das regiões mais pobres do Distrito Federal.

'O MEIO É FOGO'. A reportagem encontrou um Volkswagen Nivus na garagem de Camilo. O carro, avaliado em R\$ 111 mil, está registrado em nome da R7 Facilities. O bombeiro civil afirmou que comprou a empresa sem desembolsar nada. Segundo ele, a firma foi repassa-da com créditos não recebidos e ele trabalharia para recuperá-los. Negou ter sido laranja. "Na realidade, comprei do Ricardo e passei para o Gil. Mas isso aí, bicho, vai além de tudo isso. O meio é fogo, irmão. É só você pesquisar. Para ficar num meio sujo e perverso, melhor sair e passar para a mão dos caras", disse, negando-se a detalhar a que se referia.

O fundador da empresa é Ricardo Caiafa, empresário de Brasília. Ele afirmou que vendeu a companhia porque en-frentava dificuldades no mercado e decidiu sair do ramo. Foi procurado por um advogado que intermediou a negociação para Camilo. Caiafa diz não ter mais ligação com a R7. Diferentemente dos novos donos, ele mora numa casa no Lago Sul, o bairro com a maior renda per capita do País. A reportagem não encontrou indícios de que ele tenha vínculos com o grupo que controla a empresa atualmente.

Serviços prestados A R7 tem contratos com o governo federal desde setembro de 2016. Com a

pasta da Justiça, o 1º é 2019

A R7 presta serviços para o governo federal pelo menos desde setembro de 2016, segundo o Portal da Transparência. Com a pasta da Justiça, o primeiro contrato é de fevereiro de 2019. Nesses casos, a gestão da empresa ainda era de Caiafa. Os contratos com o Executivo federal dobraram após a entrada dos laranjas.

'IMPRUDENTE'. Em nota, a R7 Facilities alegou que é "imprudente" e "preconceitusos" se referir a Camilo e Torres como laranjas. A empresa se recusou a comentar a fuga da prisão federal, não especificou como atua no Rio Grande do Norte e não informou se irá colaborar com as investigações.

O Ministério da Justiça, em nota, destacou que a empresa cumpriu requisitos na fase de contratação e vinha cumprindo as obrigações contratuais conforme exigia a lei. Também ressaltou que as condições da tuga dos presos são investigadas pela Polícia Federal.

As assessorias de Anderson Torres e Flavio Dino, que estiveram à frente do ministério entre 2022 e o início de 2024, informaram que o contrato não teve qualquer relação com os ex-titulares da pasta porque é assinado no departamento que cuida da área de presídios, dentro da própria pasta. ●

